

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ECONOMIA

# RELATÓRIO E PARECER

---

**Projeto de Resolução n.º 109/XII**

**“Pela concretização do Projeto da Marina da Barra na ilha Graciosa”**

**27 DE JUNHO DE 2022**



## INTRODUÇÃO

---

A Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 109/XII – “Pela concretização do Projeto da Marina da Barra na ilha Graciosa”**.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelo Grupo Parlamentar do PS, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.



---

**APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

---

O proponente, em sede de exposição de motivos, refere que *“Com a consciência de que a concretização do Projeto da Marina da Barra seria uma obra estruturante para a Ilha Graciosa, e para a oferta de recreio náutico nos Açores, os Governos do Partido Socialista, celebraram vários contratos ARAAL com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, no sentido desse objetivo, designadamente, para promover os estudos geomorfológicos e topo-hidrográficos e, ainda, o estudo prévio e o novo projeto, este último para o conformar com a nova legislação que, entretanto, entrou em vigor, sobre esta matéria;*

*Considerando que em 2016 o Governo dos Açores adjudicou a obra de proteção da orla costeira da Barra, para ultrapassar os inconvenientes provocados pelos galgamentos do mar na marginal e a acumulação de algas no interior daquela baía;*

*Considerando que esse investimento público teve a preocupação de fazer o aproveitamento do interior da baía para permitir a infraestruturação de apoio à náutica de recreio;*

*Considerando que, a 9 de junho de 2020, foi anunciada a criação de novas funcionalidades naquele espaço, onde se incluía a Marina;*

*Considerando que o atual Governo da coligação PSD/CDS/PPM, suportado pelo Chega e Iniciativa Liberal, apesar da obra de proteção da orla costeira ter terminado no último trimestre de 2020, nada fez, em um ano e meio, para terminar aquela infraestrutura, com obra executada, num investimento superior a seis milhões de euros, a não ser uma tímida aparição de uns pontões que nunca chegaram a ser colocados na água;*

*Considerando, por fim, a inviabilização, por parte dos partidos da coligação e dos que suportam o Governo de uma proposta, apresentada pelo PS, para completar aquele investimento, no âmbito do Plano e Orçamento para 2021” e propõe que Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução que recomenda ao Governo:*

*“1 - Que proceda à instalação de cinco pontões com anéis reforçados, vinte estacas e os*



*respetivos fingers no espelho de água resultante do projeto de estabilização da zona costeira da Barra.*

*2 - Que crie as condições para instalar as redes de distribuição de água e eletricidade nessa infraestrutura.*

*3 - Que conclua os arranjos no terraplano de modo a permitir o estacionamento das embarcações.*

*4 - Que instale o assinalamento marítimo e construa o posto de receção e as instalações sanitárias”.*

---

### PROCESSO EM ANÁLISE

---

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às audições da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, do Clube Naval da Graciosa e do Secretário Regional do Mar e Pescas, que decorreram no dia 17 de junho, pelas 10h00, 11h00, 12h00 e pelas 15h00, respetivamente.

Deliberou, ademais, a Comissão solicitar pareceres escritos ao Conselho de Ilha da Graciosa e à AOMA - Associação dos Operadores Marítimos dos Açores.

- **Audição da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa:**

Presidente Câmara Municipal considerou que o assunto aqui abordado é de grande importância para Graciosa e que está enquadrado naquilo que está a ser feito. Pensa que este Projeto de Resolução pede o que se está a fazer. Sabe que o Governo está a desenvolver um projeto para a Marina da Barra e, inclusivamente, já estabeleceu contatos com vários membros do Governo, acrescentando que este Projeto de Resolução não é mais do que já se está a fazer.

O Deputado Manuel José Ramos quis saber se o senhor Presidente tem algum projeto no município sobre esta Marina. Depois de se dizer que a construção da marina podia ser da responsabilidade da Câmara, quis saber se o Município já tomou esta decisão e quando a tomou. Perguntou, também, qual a forma de financiamento e a forma como se pretende executar esta obra. No caso de ser o Município a realizar esta obra, como



parece, porquê a desistência da candidatura ao ProRural+, nomeadamente à GRATER, para financiamento do edifício de apoio. Referindo que estão a decorrer algumas obras no local, nomeadamente na colocação de um pontão, quis saber se esta foi da responsabilidade da Câmara e se está feito o devido licenciamento de forma que as seguradoras possam cobrir algum acidente que possa ocorrer com embarcações. Se for da responsabilidade da Câmara, pediu ao Presidente que explicasse o que está a ser lá feito e com base em que projeto e com que licenciamento. Por fim, perguntou como pretende que seja feita a exploração da Marina da Barra.

O Presidente Câmara Municipal explicou que quando começou as suas funções, perguntou na Câmara se havia algum projeto para a Marina da Barra, sendo que o que lá estava é anterior a 2009.

A Câmara foi desafiada a realizar a obra da Marina através de um contrato ARAAL, e a Câmara se puder participar tudo fará para que realize este projeto. Se não for com o apoio do Governo dificilmente sozinha conseguirá fazer.

Havia, de facto, disponibilidade da GRATER para financiar parte do projeto para a construção do edifício de apoio, só que não achou bem avançar com o dito edifício antes de ter nada realizado naquele sítio. Na sua opinião não havendo ainda Marina, não faz sentido haver um edifício de apoio.

A respeito da colocação de um pontão, explicou que não é da responsabilidade da Câmara, já vinha de trás. Disse que apenas lhe perguntaram a opinião da sua colocação, ao que o Presidente disse que se deve colocar porque, antes da obra, há a necessidade de algum apoio, nomeadamente por parte das embarcações.

Sobre a questão da exploração da futura Marina considerou ser cedo para falar neste assunto, tendo que haver uma reunião com todos.

O Deputado Manuel José Ramos fez apenas um reparo sobre o facto de o Presidente ter dito que não havia projetos quando lá entrou.



O Presidente Câmara Municipal explicou que estranhou não ter havido projeto. E sobre o Clube Naval participar na discussão da exploração salientou que considera importante, mas não sabe se foram ou não ouvidos.

O Deputado João Bruto Costa quis saber, recordando que foi anunciado pela Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas que o Governo pretendia executar este projeto de criação de condições na Barra, através de um contrato ARAAL com a Câmara, para que fosse a mesma a executar este projeto, quis saber se este projeto que o Governo está a preparar se é compatível com as propostas apresentadas no Projeto de Resolução em discussão.

Quis saber se o Presidente tem uma estimativa para a conclusão ou se está ainda muito atrasado e para quando, na sua opinião, esse projeto pode avançar para a sua execução.

O Presidente Câmara Municipal explicou que os pontos apresentados no presente Projeto eram apenas alguns pontos, pois o projeto era muito mais do que o apresentado.

Afirmou que quer que seja o mais depressa possível a finalização daquele espaço e pediu para ficar inscrito no próximo orçamento.

O Deputado João Bruto Costa afirmou que se o que está presente no Projeto em análise se for para a frente será um projeto diferente daquele que está a ser desenhado.

O projeto que o Presidente está a conversar com o Governo, que espera que possa estar incluído já no próximo plano e orçamento da Região,

Perguntou se esta proposta que se está a discutir for aprovada, onde é referido que a obra é para o Governo fazer e não a Câmara, se este procedimento seria compatível com aquilo que pretende e está a ser feito com o Governo.

O Presidente Câmara Municipal esclareceu que este projeto parece fora do tempo e só vem prejudicar em relação àquilo que tem sido anunciado relativamente à realização do projeto para Marina.



O Deputado Rui Martins quis saber se o Presidente acha que se deveria retomar aquilo que existe, nomeadamente de 2009, e não fazer esta atualização presente no projeto em análise.

Perguntou se sabe o que estava previsto, qual é que era a entidade que ia explorar essa infraestrutura no projeto de 2009 e se essa entidade foi ouvida em todo o desenvolvimento das obras, como o caso do molhe.

O Presidente Câmara Municipal afirmou que todas as pessoas querem uma Marina o mais moderna possível, portanto é obvio que o novo projeto será sempre muito melhor do que alguns atrás. Não sabe quem ia explorar a Marina no projeto anterior.

O Deputado Rui Martins perguntou se faz a mesma leitura com o que foi dito atrás, ou seja, que é ao ler a Resolução e aprovar o projeto em análise estaríamos a dar indicação ao Governo para que fizesse o que vinha de trás e não formulasse o projeto.

Não tendo conhecimento de quem iria explorar essa infraestrutura qual é agora a leitura que faz.

O Presidente Câmara Municipal afirmou que o que está a ser analisado não acrescenta em nada aquilo que era o desejo para aquela Marina, considerando que o presente Projeto não deve ser aprovado, na sua opinião. Sobre a exploração, não sabe mesmo se havia alguém ou se foram sequer contactados. Esperou, contudo, que o Clube Naval, pelo seu posicionamento, seja ouvido ainda no âmbito da elaboração deste projeto.

O Deputado Manuel José Ramos, relativamente à colocação de pontões, perguntou se isso não poderá ser um atraso na execução de todo o projeto.

Sobre a sinalização marítima quis saber se já existiu contactos com os proprietários dos terrenos.

O Deputado João Bruto Costa quis saber se a Câmara está empenhada e se deseja que este projeto seja executado por aquela entidade, não com meios do Município, mas em contrato ARAAL. Se considera ser fundamental a Câmara participar neste projeto Pediu um comentário do Presidente sobre o projeto “Entre Fortes”. Falou em Santa Catarina, e aquele projeto que está em fase final, uma vez que o Presidente pretende que seja já



para o próximo ano, se não acha que é imprescindível para a Câmara, por um lado, fazer este projeto em contrato com o Governo e se isso não é uma forma de compatibilizar com aquilo que são as necessidades do território naquela área.

O Presidente Câmara Municipal, sobre o pontão que está a ser montado e o facto de poder atrasar a futura obra, considerou que não vai atrasar, esclarecendo que o mesmo é apenas provisório e para desenrascar alguma situação para este verão.

A questão do assinalamento marítimo e contacto com os privados, sabe que já foram feitos alguns contactos e sabe que o Governo já conseguiu alguma informação sobre novas formas de assinalamento marítimo que poderão não passar por ter de usar muito dos terrenos privados.

Considerou que se o Governo apresentar o projeto com as “didas” reclamações que têm chegado ao Governo, de querer um projeto moderno, ambicioso, que vá além das necessidades atuais, então a Câmara terá todo o gosto em participar com o Governo na elaboração desta obra. Sobre o desgaste e à erosão, explicou que vai ter de se fazer mais por aquela zona, tentando não atrasar ambas as obras (a de Santa Catarina e a da Marina).

O Deputado Carlos Silva quis saber qual dos pontos resolutivos do projeto, o Presidente da Câmara não concorda, recordando que o Presidente deu algumas dicas ao Governo para um projeto que seja moderno, quis saber qual o valor deste projeto moderno e qual o prazo de execução.

Perguntou se a presente resolução tivesse um ponto adicional que dissesse que a implementação daquilo que falta concluir da Marina fosse feita em articulação com a Câmara Municipal se isso já seria suficiente para o Presidente concordar com esta recomendação.

O Deputado Rui Martins voltou a falar no projeto de 2009, que tinha uma determinada verba, perguntando se fazia sentido continuar para a frente com este Projeto de Resolução.





O Deputado Manuel José Ramos perguntou qual foi o procedimento concursal para a elaboração do projeto e se tem conhecimento, como já deu algumas dicas, ou se é da responsabilidade da Secretaria Regional que tutela as Obras Públicas.

O Deputado João Bruto Costa pediu para confirmar se era entendimento da Câmara Municipal que aceitar o projeto em análise era voltar para trás, ao executar aqueles pontos resolutivos.

O Deputado José Ávila, lembrou que o projeto antigo não de 2009, mas de 2006. Depois quis saber se houve da parte da Câmara algum esforço no sentido de junto da empresa WW tentar recuperar o projeto que foi feito com base no novo levantamento topo hidrográfico e que é exatamente da mesma empresa que projetou o “Entre Fortes”.

O Presidente Câmara Municipal, sobre os pontos que não concorda no projeto, explicou que nunca disse que não concordava com estes pontos, mas apenas que eles vêm fora de tempo e vêm atrasar o projeto que se quer que seja feito o mais depressa possível. Contou que não sabe o valor do projeto.

Sobre o projeto antigo, explicou que o que sabe é que é bem diferente daquilo que se pretende para a nova obra.

Contou que não tem conhecimento de quem está a fazer o projeto, e que a sua contribuição tem sido com aquilo que são as preocupações das pessoas.

Voltou a frisar que aprovar este Projeto de Resolução seria voltar para trás.

Acrescentou que não teve nenhum contacto com a empresa WW, explicando que a Câmara ainda não pegou no projeto “Entre Fortes”, considerando que ainda não é o tempo.

- **Audição da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa:**

A Junta de Freguesia, representada pelo seu Secretário, Tiago Correia, começou por fazer um histórico daquela ambição e mencionou que a Marina da Barra era uma estrutura importante, havendo uma procura maior daquele espaço a cada ano que passa.



O Deputado Manuel José Ramos perguntou se o representante da Junta acha que esta proteção da Orla Costeira poderia ter sido feita junta à estrada e, no entender da Junta, se aquela obra foi uma mais-valia e se foi muito importante aquela obra da proteção da orla costeira.

O Membro da Junta disse que foi, é e continua a ser muito importante, recordando alturas em que o mar chegava à estrada em dias mais violentos e dificultando o trânsito naquela zona. Não acredita que se fizesse uma obra de proteção encostada à estrada que se viesse a beneficiar ou trazer alguma proteção. O problema continuaria a existir.

O Deputado Manuel José Ramos, referindo que a proteção daquele molhe tinha desviado a ondulação para Santa Catarina e que havia uma erosão muito maior provocada pela ondulação, quis saber se a Junta tem conhecimento desta situação e se já solicitou a alguém alguma proteção da Orla Costeira, nomeadamente daquela zona?

O Secretário da Junta de Freguesia, Tiago Correia, disse que ao nível da erosão terá de haver um estudo sobre aquela zona, não sabendo se o nível de desgaste naquela área está relacionado com a obra da Proteção da Orla Costeira. Já houve conversações, na Junta, sobre essa situação, mas não fomos contactados sobre esse assunto.

O Deputado João Bruto Costa, no âmbito da Resolução, percebendo que esta fica muito aquém, perguntou se a Junta acha, com a concretização desta resolução, obstar a que se faça o projeto que de facto possa transformar a Baía da Barra num porto de recreio náutico e, no futuro, com a classificação de Marina, um projeto com mais ambição.

Se acha que a execução deste projeto de resolução resolve o problema de termos uma Marina na zona da Barra.

O Autarca respondeu que, após leitura do documento, a Junta acha que este é o princípio e não o fim.

Acredita que estes pontos apresentados no respetivo Projeto é a base e o que vier para além disso será sempre positivo. A Junta concorda que os pontos apresentados no



Projeto vão beneficiar a Marina. A Junta considera importante iniciar e terminar aquela obra.

O Deputado João Bruto Costa explicou que o que está a ser proposto não pode ser feito sem projeto e tem de haver um projeto para implementar o que está na Resolução, e que os pontos na presente Resolução não compatibilizam com o projeto existente. Não acha preferível termos o projeto definitivo a ser executado do que estar a criar aqui projetos paralelos para cada um destes pontos.

O Autarca explicou que quando disse que deveria implementar o que está no Projeto em análise é porque temos conhecimento de que existe. Voltou a frisar que os quatro pontos devem de estar incluídos, acreditando que o que o Governo está a fazer junto com a Câmara Municipal incluía o que é dito neste presente projeto.

O Deputado Rui Martins perguntou quando diz que é importante implementar este projeto, se está a falar deste projeto de 2006 e se não considera primordial repensar e atualizar o projeto.

Perguntou se considera que reavaliar e ver as melhores possibilidades para as situações atuais e do que são as necessidades atuais, se considera que isso é marcar passo. Se considera que marcar passo são 18 meses de governação deste Governo ou se é de 2006 até 2020/2021. Alertou que no presente Projeto não é mencionado “que pelo menos a obra contenha aqueles 4 itens”, conforme disse o representante da Junta, querendo saber se, após ouvir as entidades interessadas e envolvidas, não considera que se está a recomendar ao Governo que faça isto especificamente se não é contentarmos com pouco.

Tiago Correia esclareceu que não estava a falar do projeto de 2006, uma vez que o dito projeto não é nada do que está na Marina. Quando falou em implementar aqueles pontos tinha a ver com aquilo que foi apresentado posteriormente a 2006 (em 2011 ou 2012). Afirmou que quanto mais tempo se levar a fazer algo, vamos continuar a marcar passo. Sobre os 5 pontões, tem ideia do que o que está lá são para 5 pontões, querendo saber, enquanto Junta de Freguesia, quantos pontões estão a pensar meter naquela



zona. Afirmou que se deve colocar os 5 e que tenha ainda espaço para, posteriormente, colocar mais se for necessário. Quanto ao achar que era pouco, o Autarca disse que nunca se está satisfeito.

O Deputado Rui Martins disse que não tem a mesma leitura do documento que o representante da Junta, estando os dois a fazer uma interpretação diferente.

Tiago Correia, sobre o projeto de 2012, incluía os pontões e, portanto, é neste que se está a basear e, não tendo conhecimento de mais nenhum projeto recente, não pode falar do que não sabe.

O Deputado Rui Martins disse que não percebe qual é a pressa de se fazer aquilo que é o projeto de 2012 e perguntou se não considera que para fazer as devidas alterações que estão pensadas para atualizar o projeto de 2012, se não merece o seu tempo e um olhar aprofundado e quando tiver esta atualização feita e ter sido dado conhecimento público para se poderem pronunciar.

O Autarca disse que desconhece se existe outra visão para a Marina da Barra.

- **Audição do Clube Naval da Ilha Graciosa:**

Valter Bettencourt, Presidente do Clube Naval da Ilha Graciosa, nunca curta introdução, sintetizou que a baía, do modo que está, não serve a ninguém.

O Deputado Manuel José Ramos, sobre o desenvolvimento que está a ser feito naquela zona, nomeadamente a colocação de um pontão, perguntou se é algo que poderia incorrer o risco de haver algum acidente.

O Presidente do Clube Naval referiu que a colocação daquele pontão não serve para nada nem tem condições nem segurança.

O Deputado Manuel José Ramos constatou que não se deve fazer coisas por cima da cabeça. Perguntou se não era melhor fazer-se uma avaliação da sinalização marítima.



O Presidente, Valter Bettencourt, respondeu que, enquanto não tiver sinalização marítima aquele porto não pode funcionar.

O Deputado João Bruto Costa perguntou se o Clube Naval gostaria de participar na gestão futura da Marina/Porto de Recreio que ali vai ser criado.

O Presidente, perante esta pergunta, respondeu afirmativamente.

O Deputado Rui Martins, sobre o Clube Naval ter a possibilidade de fazer a exploração daquela zona, quis saber se no passado alguma vez tiveram esse contacto e se na altura o Clube Naval também contribuiu para este projeto.

Havendo esta disponibilidade, se neste momento já tiveram algum contacto da parte do Município ou mesmo da parte do Governo.

O Presidente do Clube Naval respondeu que na altura, do projeto anterior, o Município nunca entrou em contacto com o Clube Naval, mas sim conversas com Deputado José Ávila. Sobre a outra questão, nunca existiu contacto nem da Câmara Municipal, nem do Governo.

- **Audição do Secretário Regional do Mar e Pescas:**

O Presidente da Comissão passou a palavra ao Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, para que o mesmo fizesse uma intervenção inicial sobre o projeto de resolução.

O Secretário Regional, Manuel São João, prescindiu, tendo o Presidente passado de imediato para a inscrição dos senhores Deputados.

O Deputado Manuel Ramos, questionou o Secretário Regional sobre o projeto de transformação da Baía da Barra em marina, se tem conhecimento sobre os passos que foram dados com vista à construção da mesma e das obras envolventes.

Em resposta, o Secretário Regional declarou que o que encontraram no final de 2022, foi a finalização da empreitada da obra da orla costeira, que carecia apenas do assinalamento marítimo e que após várias diligências, sobre o mesmo, optaram por uma solução mais moderna, a instalação de uns postes junto à via pública.



Relativamente a projetos, o Secretário Regional declarou que receberam em 2021 um requerimento da Câmara Municipal a solicitar a construção de um edifício de apoio à futura marina, não tendo o mesmo tido andamento.

Em relação ao aproveitamento do espelho de água, naquele espaço, no verão passado, aquando da realização da regata da autonomia, houve a instalação de pontões, provisórios para apoio à regata. Mais referiu, que a questão de fundo desta discussão, é que a obra que foi realizada foi de proteção à orla costeira.

O Deputado Manuel Ramos, no uso da réplica, e no surgimento de algumas dúvidas, questionou o Secretário Regional sobre os pontões lá instalados, se os mesmos já estão licenciados. Em relação ao assinalamento marítimo não percebeu se o mesmo já está definido.

O Secretário Regional, em resposta, referiu que os pontões lá colocados, tiveram só um objetivo, a regata da autonomia.

O Deputado João Bruto da Costa, fez algumas considerações em relação ao que este Governo recebeu, relativamente à obra de proteção da orla costeira, questionou o Secretário Regional aquando da tomada de posse, se recebeu algum projeto ou intenção de investimento para construção de um porto de recreio na baía da barra.

Em resposta, o Secretário Regional referiu que na pasta de transição que recebeu, não existia qualquer indicação de outro investimento naquele espaço.

No uso da réplica, o Deputado João Bruto da Costa, fez referência alguns aspetos referidos pelo Presidente da Câmara Municipal, questionado o Secretário Regional, se considera que o Governo Regional tem possibilidades de executar os pontões deste projeto de resolução, sem projeto.

O Secretário Regional considera que sem projeto não é possível executar qualquer obra, refere também que este projeto de resolução fica muito aquém da intenção do Governo Regional, para este espaço.

O Deputado Rui Martins, apresentou algumas constatações e questionou se da parte da secretaria regional existia algum “horizonte temporal” para este investimento.



Em resposta, o Secretário Regional referiu que Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas já declarou que é intenção deste Governo realizar um contrato ARAAL com a Câmara Municipal, definindo os financiamentos necessários para a mesma. Considerou também que esta é uma obra importante para o desenvolvimento da ilha Graciosa.

Tomou da palavra o Deputado Manuel Ramos, que perguntou em relação ao que já se encontra construído, se tem ou não condições para a instalação de um porto de recreio marítimo.

O Deputado João Bruto da Costa, perguntou se já houve algum impedimento da parte dos utilizadores de qualquer embarcação, para fundear ou varar em alguma das estruturas lá existentes.

Em resposta, o Secretário Regional reconheceu que a obra que está feita, está muito bem feita, tendo como objetivo a proteção da orla costeira e que é necessário rentabilizar o que foi feito. Considera, também, que foram criadas condições para a construção de um porto de recreio.

Na sequência da segunda questão refere que não se pode proibir a utilização do espaço, no entanto considera que seria mais seguro se a obra de proteção já estivesse concluída, preocupa-o as condições de segurança e a falta do assinalamento marítimo, e que a mesma se encontra em estudo.

Numa terceira ronda, só se inscreveu o Deputado Manuel Ramos que interveio para perguntar se a autorização provisória concedida pela DRAM, não poderá induzir em erro algum utilizador e causar problemas graves.

O Secretário Regional começou por dizer, que partilha das preocupações, no entanto o que sabe é que a maioria das embarcações usam é o porto lá existente, que a situação não é a ideal, sendo sim uma situação provisória. Referiu também que o objetivo deste Governo é valorizar a ilha Graciosa.



**SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS**

---

**PS:** Vota a favor do relatório e da iniciativa.

**PSD:** O GP do PSD aprova o Relatório e, quanto à iniciativa, abstêm-se com reserva para plenário.

**CDS-PP:** O GP do CDS-PP vota favoravelmente o relatório e emite posição de abstenção com reserva para plenário relativamente à iniciativa.

**CH:** Não emitiu posição.

**PPM:** Não emitiu posição.

**IL:** Não emitiu posição.

**PAN:** Não emitiu posição.

**O DEPUTADO INDEPENDENTE:** Aprova o relatório, com reserva de posição para plenário.

---

**VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS**

---

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Deputado Independente** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para plenário**, relativamente à presente iniciativa.





---

CONCLUSÕES E PARECER

---

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Graciosa, 27 de junho de 2022.

A Relatora, em substituição

(Maria Isabel Teixeira)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Ávila)